

AGRICULTURA FAMILIAR: A HETEROGENEIDADE DA RACIONALIDADE CAMPONESA EM DIÁLOGO COM AS PRÁTICAS NO SUDOESTE DO PARANÁ

Audrey Merlin Leonardi de Aguiar; Giovanna Pezarico; Gilson Leandro Queluz; Maria de Lourdes Bernartt

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas - Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Pato Branco. Mestre em Tecnologia - Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Pato Branco; Doutor em Comunicação e Semiótica – Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Curitiba; Doutora em Educação – Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Pato Branco.

Resumo - Este artigo tem como objetivo analisar questões inerentes ao processo de reprodução social e das condições da vida camponesa a partir de sua racionalidade. É a partir deste contexto que propomos neste artigo, uma tentativa de sistematização conceitual acerca de alguns elementos que indicam a existência de singularidades e particularidades que se manifestam a partir da prática social e material, aspectos de uma racionalidade específica, própria do campesinato. Consideramos que é no processo histórico, da construção permanente de relações sociais, econômicas e culturais que as singularidades e particularidades desta racionalidade são verificadas, na formação social que tem como espaço principal, a terra. Deste modo, o artigo está organizado a partir de dois momentos: num primeiro momento contextualizamos alguns aspectos conceituais acerca da racionalidade camponesa e num segundo momento apresentamos algumas discussões provenientes da análise das práticas quotidianas verificadas em estudos sobre a produção no contexto da agricultura familiar na região Sudoeste do Paraná.

Palavras-Chave: Racionalidade Camponesa; Agricultura Familiar; Particularidades e Singularidades.

Abstract- This article aims to examine issues related to the process of social reproduction and the conditions of peasant life from his rationality. It is from this context that we propose in this article, an attempt to systematize conceptual about some elements that indicate the existence of singularities and particularities that are manifested from the practical social and material aspects of a specific rationality of the peasantry itself. We believe it is in the historical process, the ongoing construction of social, economic and cultural rights set out in everyday life, in social practice, that the peculiarities and particularities of this rationality are verified, in the social formation which has as its main space, the earth. Thus the paper is organized as two stages: at first contextualize some concepts about the peasant rationality and secondly we present some discussions from the analysis of daily practices observed in studies on production in the context of family farming in the region Southwest of Parana.

KeyWords: Peasant rationality; Family Farming, Particularity and Singularity.

1. INTRODUÇÃO

“A mim não foi a escola que me ensinou a falar, foi minha mãe, no seio de minha família”.(Pedro Puig-Calvo – AIMFR)

“Aprender a ser. Aprender a fazer. Aprender a aprender. Aprender a ter. Aprender a conviver. Aprender a servir”. (Norberta Sacquec – ASONUDEF– Guatemala)

Frases como estas, pronunciadas no IX Congresso Mundial da Associação Internacional dos Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Movimentos Familiares de Formação Rural – AIMFR, que aconteceu no mês de setembro do ano de 2010, na cidade de Lima, no Peru, permitiram despertar o interesse pelo aprofundamento acerca da racionalidade implícita nestes dizeres. Na frase de Calvó, ex-aluno e monitor de uma escola familiar rural na Bélgica e atual Secretário da AIMFR estava explicitada a importância da noção de família. Nos dizeres da guatemalteca Nolberta, ao iniciar seu pronunciamento agradecendo a Deus pela existência da família e da importância desta para o processo de formação dos filhos e da comunidade, novamente a racionalidade implícita intrigava. Nolberta Sacquec integra a ASONUFED – Associação Nacional de Pais de Famílias dos Núcleos Educativos para o Desenvolvimento.

O cenário aqui exposto manifesta alguns elementos importantes no contexto da racionalidade do campesinato e da agricultura familiar, temática da qual pretendemos tratar neste artigo. Propomos uma tentativa de sistematização conceitual acerca de alguns elementos que indicam a existência de singularidades e particularidades que se manifestam a partir da prática social, material, aspectos de uma racionalidade específica, própria do campesinato e da exploração da força de trabalho familiar.

Como se pode perceber, estamos tratando de categorias não apenas complexas, mas que são atravessadas por relações sociais, interesses, valores e poderes, enfim, em campos de disputas. Assim, tratar de questões tão polissêmicas implica na recusa da neutralidade científica e política para que as contradições, os embates, as manifestações de reprodução e resistência sejam percebidas, consideradas e discutidas.

Deste modo, partimos da premissa de que o campesinato no contexto da agricultura familiar possui uma racionalidade específica, própria e complexa, marcada pela heterogeneidade. Consideramos que é no processo histórico, da construção permanente de relações sociais, econômicas e culturais, no cotidiano, na prática social, que as singularidades e particularidades desta racionalidade são verificadas, na formação social que tem como espaço principal, a terra: “o grande laboratório, o arsenal que proporciona tanto os meios e objetos do trabalho, como a localização, a base da comunidade” (MARX, 1986, p. 67).

Com o objetivo de aprofundar estas argumentações e justificar a premissa que se localiza no cerne da análise proposta, este artigo será organizado a partir de dois momentos. O primeiro momento busca reunir elementos acerca da racionalidade camponesa. O segundo momento evidencia alguns destes elementos através da análise de práticas pesquisadas no contexto da agricultura familiar na região Sudoeste do Estado do Paraná.

2. A QUESTÃO AGRÁRIA: SINGULARIDADES E PARTICULARIDADES DA RACIONALIDADE CAMPONESA

Pensar sobre a questão agrária e sobre uma racionalidade camponesa própria e heterogênea, dinâmica a partir do movimento social, implica também pensar para além do capital. Em virtude das múltiplas estratégias de reprodução do capital, como sistema hegemônico, de predomínio na sociedade atual, muitas vezes somos induzidos a desconsiderar outros modos de produção, ou ainda, considerá-los como modos em transição, rumo ao seu desaparecimento. Assim, para refletir sobre o campesinato e sua racionalidade partimos da idéia de que o modo de produção capitalista não constitui uma única forma de produção existente, mas que influencia e se reorganiza também a partir de outros modos.

Os economistas adquiriram o hábito de se refletir sobre os fenômenos de sua competência nos termos da economia capitalista. Todos os elementos de base dessa teoria - renda fundiária, capital, preço e outras categorias econômicas – são definidos em função de um sistema baseado no trabalho assalariado e que tende ao produto líquido máximo (produto bruto menos despesas com materiais e salários). Todos os outros modos não-capitalistas de vida econômica são julgados sem importância ou destinados a desaparecer em pouco tempo (TCHAVANOV apud MENDRAS, 1978, p. 43).

Esta circunstância torna-se ainda mais evidente, se a esfera de análise estiver em maior grau de afastamento do espaço urbano e da indústria. Isto porque este binômio, cidade-indústria parece constituir-se como uma representação no imaginário social que caracteriza a manifestação do estágio mais desenvolvido no contexto do capital, enquanto estratégia de consolidação e reprodução.

Assim, o processo de constituição deste binômio implicou em transformações profundas, principalmente representadas pela dicotomia entre cidade e campo. No imaginário, a noção de progresso e desenvolvimento, atrelada à cidade e à industrialização perpassam por um processo de múltiplas dimensões de modo a “naturalizar” esta trajetória evolutiva e linear (do menos desenvolvido ao mais desenvolvido estágio do capital). No entanto, não se trata apenas do estabelecimento fronteiro entre cidade e campo, mas também na divisão e hierarquização do trabalho mental e material, como enuncia Marx:

A existência da cidade implica, ao mesmo tempo, a necessidade de administração, de polícia, de impostos, etc..., em resumo: do município e, pois, da política em geral. Aí, primeiramente, tornou-se expressa a divisão da população em duas grandes classes: diretamente baseada na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade já é, na realidade, a concentração de população, de prazeres, de necessidades, enquanto o campo representa, justamente, o oposto, seu isolamento e separação. O antagonismo da cidade e do campo só pode existir como consequência da propriedade privada. (...) A separação da cidade e

do campo poderá ser entendida também, como a separação do capital e da propriedade territorial, como o começo da existência e desenvolvimento do capital como algo independente da propriedade da terra – o começo da propriedade que tem por base, somente o trabalho e a troca (MARX, 1986, p. 118-119).

Neste cenário complexo, de desenvolvimento do capital no espaço urbano e industrial, a questão agrária, ou mesmo a própria atividade da agricultura consistiam em circunstâncias nebulosas quanto às suas possibilidades futuras. Para Kautsky (1968), a agricultura teria como característica inerente à sua lógica, um desenvolvimento tardio, um espaço secundário do capital em relação à indústria, todavia, com uma série de incertezas sobre a dinâmica da agricultura no processo de organização capitalista.

No entanto, há que se ressaltar, que apesar das complexidades em torno da apropriação da agricultura pelo capital em virtude das distinções em termos de produção (relação tempo-espaço e variáveis não controláveis) não se pode dizer da impossibilidade de conciliação entre agricultura e indústria, ou ainda, de mitigar a permanente interferência e tensionamento entre estas duas esferas. Tome-se, por exemplo, o processo histórico do desmonte das pequenas indústrias camponesas de base agropecuária frente ao processo técnico imposto pela industrialização. As novas necessidades, cada vez mais “naturalizadas” e difundidas também por sistemas diversos de comunicação, os meios de transporte, os correios, tornaram-se mecanismos indispensáveis de disseminação, para além das cidades e subúrbios, chegando até o campo.

No entanto, a partir deste cenário, que envolveu dicotomias tão estratégicas do ponto-de-vista da conformação capitalista e que implicaram em rupturas/divisões entre campo e cidade; agricultura e indústria; trabalho material e mental; ainda assim, o campesinato, mesmo que na esfera do remanescente de seu modo de organização social, continua a produzir e reproduzir-se, resistindo a cooptação capitalista, na medida de suas forças.

Historicamente, adjetivado como aquele exterior à sociedade moderna, à margem, o atrasado, arcaico, primitivo e dócil, o campesinato em seu movimento e prática têm se constituído a partir de tensionamentos que parecem indicar alguns limites à lógica produtivista no contexto do espaço sócio-econômico agrário. Ainda que induzidos pela lógica urbana-industrial, sob a racionalidade do progresso que alavancou a sociedade industrial e moderna, não se pode dizer de um processo de transformação sem contradições.

Essa resistência à adesão a tal projeto societário, ou ainda a apropriação diversa da pretendida pelo capital, dialogam inequivocamente com a racionalidade específica que os move – os camponeses. Mas quem são os camponeses? Quais os elementos fundantes desta razão e como

se engendram a materialidade, à prática social?

Longe de respondermos tal questão em sua íntegra, procuramos reunir e compreender alguns elementos constantes de diversas dimensões que apontam para alguns pontos de convergência para a constituição de uma racionalidade heterogênea, mas própria. Kautsky, a partir dos estudos de Marx, localiza o camponês nas camadas sociais intermediárias, ao lado de burocratas, pequenos burgueses, soldados, professores e estudantes. No entanto, lhe atribui características peculiares:

(...) a classe dos camponeses que constituía, ainda há pouco tempo, a parte mais considerável de nossos Estados, sempre preocupou, ao mais alto ponto, os partidos democráticos e revolucionários de nosso século. Para esses partidos, originários das cidades, o camponês era um ser misterioso, estranho, às vezes mesmo muito inquietante. Tenho outrora combatido de maneira mais enérgica a Igreja, os príncipes, a nobreza, ele se agarrava agora com a maior obstinação a essas instituições. Viu-se mesmo que punha tanto ardor em aderir ao partido dos exploradores quanto as outras classes em lutar por emancipação (KAUTSKY, 1968, p. 22).

Esta citação talvez represente uma das principais capacidades promovidas pela racionalidade camponesa: a de adaptar-se. Aquele que teria como futuro previsível o seu fatídico desaparecimento, e estaria condenado à condição de operário em gestão rumo à cidade – representação da falha metabólica em contraposição ao equilíbrio proporcionado pela terra, ainda resiste. Obviamente, que aqui precisamos considerar este processo ocorrendo no bojo das contradições próprias do embate, de lutas dos movimentos sociais e que, implicou na subsunção de um contingente expressivo que fora expropriado do espaço da terra e das condições de manutenção da vida, bem como daqueles que seduzidos pelo discurso e lógica do progresso foram cooptados pelas promessas do capital.

Além disso, esta adaptabilidade, diz respeito ao modo pelo qual a economia camponesa consegue apropriar-se da chamada economia envolvente, mas com alguns matizes de autonomia. Por economia envolvente, devemos considerar uma economia mais ampla, que conta com a participação da economia camponesa, apesar de dominá-la, da qual esta última se protege e que procura também utilizar em seu proveito. No contexto camponês, a economia envolvente pode contentar-se em tributar uma parte de cada produção, inclusive no sistema de autoconsumo. Nesse caso, tudo se passa como se a família contasse com uma ou mais bocas para serem nutridas, sem os braços correspondentes, bocas estas que não vivem no grupo doméstico: dá-se ao exterior aquilo de que se alimentar. É o que acontece no caso dos tributos em relação ao Estado, ou ao pagamento efetuado a terceiro em virtude da execução de um trabalho temporário, na safra ou a um meeiro (WANDERLEY, 1999).

A perspectiva da grande adaptabilidade camponesa também dialoga com um elemento fundamental de sua racionalidade: a reprodução social a partir da terra e do vínculo familiar. Assim, a economia camponesa baseia-se no ato do camponês trabalhar a terra para se nutrir, no entanto, não se restringe apenas à proporcionalidade entre braços que representam a força humana e bocas para se dar de comer (MENDRAS, 1978). Trata-se de relação muito mais abrangente que tem como um de seus motes a presença da família no contexto da exploração agrícola. Tem-se assim, uma característica essencial da racionalidade camponesa, qual seja a exploração familiar:

... corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e mais complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração (LAMARCHE, 1993, p. 15).

Note-se, contudo, que uma ressalva merece ser enfatizada neste momento, a fim de distinguir-se exploração camponesa e a exploração familiar. De acordo com Lamarche (1993) a exploração camponesa é familiar, mas nem toda exploração familiar é camponesa. Neste aspecto, dois autores referenciais podem corroborar no sentido de explicitar os princípios que determinariam explorações no modelo camponês, que passaremos a discutir a seguir. Para Lamarche (1993), os critérios seguintes são essenciais para tal caracterização: a) A existência de inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo; b) O trabalho é familiar e não pode ser avaliado em termos de lucro, pois o custo objetivo do trabalho familiar não é quantificável; c) Os objetivos da produção são os de produzir valores de uso e não valores de troca.

Por sua vez, Mendras (1978) elenca cinco características da exploração camponesa: a) a autonomia relativa em relação à sociedade como um todo; b) a importância estrutural do grupo doméstico; c) um sistema econômico de autarquia relativa; d) uma sociedade de inter-relacionamentos; e) a função decisiva das personalidades de prestígio que estabelecem uma ligação entre a sociedade local e a sociedade em geral.

No que concerne à família, esta dialoga com a propriedade da terra, na qual o acesso a permite a sua reprodução social, a manutenção da família, de seu patrimônio cultural e da satisfação de padrões baseados na qualidade de vida. A exploração familiar camponesa constitui-se como um processo imbricado por uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio, que também diz respeito à noção de propriedade, compreendida pelo apego a terra e às gerações futuras.

É importante neste âmbito perceber a noção de

propriedade para além de sua condição de direito, mas como processo constituinte de identidade, subjetividades, da noção de pertencimento. Utilizamos das reflexões de Marx (1986) para estabelecermos esta aproximação, na medida em que a família comporta-se não como trabalhadores, mas proprietários e membros de uma comunidade em que trabalham. Esta comunidade também é elemento constituinte das suas inter-relações. A relação que se estabelece com sua propriedade privada é ao mesmo tempo uma relação com a terra e com sua existência enquanto membro da comunidade, onde a sua manutenção como membro da comunidade significa a manutenção da própria comunidade e vice-versa.

Destas ligaduras sociais, pode-se perceber de modo bastante engendrado uma série de códigos sociais que implicam na elaboração de uma trama social baseada em interações com vínculos solidários, de confiança, de tradição. Este cenário implica no desenvolvimento de hábitos de consumo e formas diferenciadas de trabalho se comparadas ao modo de produção capitalista.

Isto está diretamente vinculado a iniciativas de colaboração e cooperação interpessoal, interfamiliar e comunitárias. As experiências dos mutirões são práticas elucidativas desta característica, assim como a troca de alimentos e ferramentas entre famílias, ou ainda o uso comum de recursos naturais. Ainda, é importante ressaltar como amálgama destas ligaduras sociais, a importância dos vínculos gerados pela integração institucional que pode originar-se a partir de uma série de espaços públicos, mas que nem sempre estão em ligação direta com o Estado. Exemplo disso é a dinâmica em torno de movimentos organizados no campo, das mais diversas origens, seja por associações, igreja, dentre outras. Estas articulações são salutares em termos estruturais, porque se tornam espaços para a definição de valores vivenciados pelas famílias. O aspecto que se demonstra também fundamental para compreensão da racionalidade camponesa, diz respeito ao processo do trabalho. Trata-se de um princípio geral de funcionamento da exploração da força de trabalho familiar, que se distingue da empresa capitalista, por não basear-se na exploração da mais valia. Assim, “a fonte do trabalho que aciona o capital envolvido no seu processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção. (...) O produtor familiar é fundamentalmente um proprietário que trabalha. Na verdade, quem trabalha é o agricultor e sua família, e é familiar a propriedade do estabelecimento” (WANDERLEY, 1999, p. 30).

Esta perspectiva deve ser considerada, na medida em que reflete uma relação também distinta à empresa capitalista em virtude do processo de divisão do trabalho. Não se pode dizer que há na exploração familiar camponesa uma forte divisão do trabalho, mas uma complexa relação baseada nas proporções entre o número de braços que

trabalham e o no número de bocas a alimentar. Integra também esta relação o montante daquilo que é produzido, o que pode ser considerado como excedente a servir aos mercados da economia envolvente e o quanto esta vinculação implica em termos de autonomia para a exploração familiar. Assim, o princípio regente desta lógica, somente pode ser percebido a partir da ideia de grupo e não meramente de indivíduo.

(...) as crianças e os velhos são bocas a serem alimentadas, mas seus braços têm pouca utilidade no trabalho; os jovens e os adultos, ao contrário, produzem mais do que comem, e uma compensação se estabelece entre uns e outros, cada um sabendo que, no correr de sua vida, passará por todas as situações (MENDRAS, 1978, p. 44).

Para Chayanov, nesta equação a ser resolvida em função do número de braços e bocas, a melhor solução refere-se à existência de um permanente balanço entre o trabalho e o consumo, ou seja, o balanceamento entre o esforço exigido para a realização do trabalho (a penosidade do trabalho) e o grau de satisfação das necessidades da família, principalmente no que diz respeito à sua segurança alimentar (WANDERLEY, 1999). Há muito sentido na preocupação sobre a segurança alimentar, pois quanto mais variada à produção, mais variada e requintada a dieta da família, por conseguinte.

Outro elemento necessário a ser discutido, refere-se à indivisibilidade do produto do trabalho da exploração familiar sob a perspectiva camponesa. Em virtude deste, ser considerado indivisível, a prosperidade da exploração familiar não sugere a intensificação da produção e do lucro, pois na lógica camponesa, o aumento da produtividade permite à propriedade o reequilíbrio entre os fatores econômicos da propriedade e a capacidade de trabalho. Este aspecto dialoga também com as necessidades de preservação das condições da terra pelo seu “descanso”, a fim de evitar o seu esgotamento em períodos futuros.

Nestas circunstâncias, uma condição que deve ser analisada no processo de organização camponesa, diz respeito à permanente reestruturação da composição grupo doméstico a partir das questões da própria vida familiar e de sua relação com a demografia. Para Chayanov, em seus estudos antropológicos realizados na Rússia, esta diferenciação demográfica tratava-se de condição mais significativa do que a diferenciação social:

Não há dúvida de que certa diferenciação deste tipo se produz realmente no campo, porém, uma análise mais profunda da composição da unidade econômica camponesa demonstra que a heterogeneidade não pode ser explicada apenas pela diferenciação social. Ela depende, não só do desenvolvimento dinâmico, mas também, e de forma considerável, do efeito dos fatores demográficos que resultam da natureza da unidade econômica camponesa (CHAYANOV apud

WANDERLEY, 1999, p. 32).

É a partir de vetores como o demográfico, que podemos verificar o aspecto da diversidade da organização camponesa, em função da heterogeneidade e dinâmica na qual está inserida a família. Mais do que isso, por meios destes fatores também é possível considerar o equacionamento entre produção, a capacidade da força de trabalho disponível e as necessidades de consumo.

Porém, não se pode considerar a perspectiva do consumo somente na ótica da subsistência. É necessário desmistificar esta noção, na medida em que o consumo refere-se a tudo aquilo que é necessário para a manutenção da propriedade e permanência desta. Do mesmo modo que o excedente da produção comercializada, por exemplo, não significa um processo de capitalização, mas representa mais um entesouramento, posto que não está amarrado ao espírito capitalista do lucro obtido pela exploração do trabalho alienado. Trata-se, sobretudo, da constituição de um fundo comum cujo valor líquido sobranse é indivisível e, indiferenciado. No entanto, no que tange à indivisibilidade do produto do trabalho, deve-se analisar a sua variação em relação à múltiplas estruturas familiares diversificadas e em coexistência. Há variações entre os grupos domésticos, na medida em que podem ocorrer alterações relativas aos mercados, a disponibilidade dos meios de produção, o tamanho e composição da família, a qualidade de terra e outras condições da produção econômica (CHAYANOV, 1981; MENDRAS, 1978).

A exploração familiar não é, portanto um elemento de diversidade, mas contém nela mesma toda a diversidade. Em um mesmo lugar e em um mesmo modelo de funcionamento, as explorações dividem-se em diferentes classes sociais segundo suas condições objetivas de produção (superfície, grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira, etc.) (LAMARCHE, 1993, p. 18).

Ainda, em se tratando de análise sobre o processo de estruturação do trabalho no contexto da racionalidade camponesa, não podemos deixar à margem a questão de gênero. Para alguns autores, ainda que fraca, a divisão do trabalho no contexto rural se dá principalmente baseada nesta questão. Adotamos por gênero, a definição estabelecida por Hirata, qual seja, “uma construção social, cultural e histórica do masculino e do feminino” (2003, p. 148). A partir desta definição torna-se possível pensar as relações de gênero, não de maneira simplesmente dicotômica, o que implicaria em certo reducionismo em torno da complexidade das mediações envolvidas, mas na possibilidade de compreender as relações de gênero a partir da multiplicidade de elementos que nos constituem socialmente e culturalmente como masculinos e femininos e não masculinos ou femininos. Logo, gênero, é tomado como um elemento constituído e constituinte das

relações sociais e que está baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, implicando numa relação simbólica que está interrelacionada por elementos simbólicos, conceitos normativos, identidade subjetiva e representações (SILVA apud SCOTT, 2005).

O trabalho enquanto exploração agrícola do sítio ou do roçado está materializado na propriedade, no entanto é na casa, que a unidade de consumo concentra seus eixos de atividades. Assim, esta distinção em termos de espaço também estabelece domínios do público e do privado, do masculino e do feminino (GARCIA e HEREDIA, 2009). Para os autores, ainda, o processo de realização do trabalho mostra-se revelador no sentido estabelecer as hierarquias sociais no interior do grupo doméstico, complementares, com primazia do domínio agrícola associado geralmente ao “pai de família” e à “mãe de família” para a manutenção da casa e do serviço doméstico.

Para Hirata (2004) é nos mistérios deste trabalho doméstico e dos sentimentos que estariam na base desta divisão totalmente desigual de tarefas do interior do lar que está a edificação das diferenças que se situam no nível profissional. É em nome da incompetência técnica construída desde a infância na socialização familiar, diferenciando papéis masculinos e femininos, no exercício cotidiano que se dá a técnica para o menino, como por exemplo, consertar o carro, consertar pequenas máquinas, quando o pai vai chamar o menino para fazer estas coisas e o aprendizado da relação de serviço para as meninas: cuidar da boneca, cuidar do irmão menor, ajudar a servir a mesa. As funções de cargos atribuídos às mulheres são sempre caracterizadas por esta relação de serviço. Nesta perspectiva, o trabalho doméstico tem sido caracterizado por esta relação social de disponibilidade para marido e filhos.

Esta relação social se passa na invisibilidade, pois não se pode mostrar o que se está fazendo. Esta invisibilidade torna-se social, isto é, o trabalho doméstico não é reconhecido como trabalho porque é invisível. Estudos apontam que em maior percentual, os homens ainda são percebidos como os “provedores” do lar, cabendo a mulher, papel secundário, na complementação da renda ou das rendas consideradas “alternativas”. Esta perspectiva parece evidenciar-se tanto meio urbano quanto no meio rural.

Um dos exemplos, principalmente no que contempla a agricultura familiar é a produção de leite, por exemplo. Observa-se, que a atividade produtiva enquanto subsistência é apenas parte, que cabe à mulher desempenhar, como também auxiliar na lavoura, cuidar dos filhos, da casa e cultivar pequenas hortas, quintais, pomares caseiros, como também pequenas criações. Quando a atividade considerada secundária passa a representar um ganho maior na renda familiar, o pai de família então passa a voltar-se para o comando no desenvolvimento do trabalho subtraindo-se a

competência feminina no desenvolvimento da atividade (PEZARICO e PEZARICO, 2006).

Além da questão gênero, para a racionalidade camponesa também é importante considerar as relações estabelecidas entre gerações, hierarquias e princípios de autoridade de onde são enunciadas as decisões sobre a família. No conjunto da mobilidade familiar ou individual, o principal condicionante diz respeito ao montante de terra que permita a reprodução social e das condições de vida da família. Para Garcia e Heredia (2009), em estudos realizados durante a última década no Brasil, por exemplo, os roçadinhos são aumentados gradativamente na medida em que etapas de juventude vão se sucedendo, principalmente próximas ao casamento. Neste sentido, um elemento articulador presente neste panorama é o casamento. É pelo casamento que se estabelece a autonomia do casal em relação ao grupo doméstico e a exploração agrícola.

Trata-se de uma dimensão cultural e histórica da racionalidade camponesa, no sentido de preparação ou formação para a permanência no campo e de manutenção não somente da propriedade, mas da comunidade. O fato interessante, é que tal prerrogativa na perspectiva de gênero, está mais próxima do contexto masculino. Os esforços realizados pelos filhos geralmente são considerados como ajuda e não como trabalho. O desenvolvimento da masculinidade está associado à constituição de um novo casal (GARCIA e HEREDIA, 2009). É interessante perceber nesta análise como o casamento é representativo de um modo de viver atrelado à uma relação entre afetividade, mas também utilidade, principalmente na geração de filhos que continuarão a reproduzir as relações sociais, em cada tempo da vida, às suas atribuições à proporção entre bocas a nutrir e braços a trabalhar

A multiplicidade de elementos reunidos até este momento evidencia uma parcela apenas, da heterogeneidade que a racionalidade camponesa apresenta, mas que no contexto da prática social dialogam como meios não somente de reprodução social, mas inequivocamente de resistência.

3. A AGRICULTURA FAMILIAR E A RACIONALIDADE CAMPONESA: NO CONTEXTO DO SUDOESTE DO PARANÁ

Discutir sobre a heterogeneidade da racionalidade camponesa implica também no estabelecimento de relações com a prática social. Assim, dentre as bases teóricas que encorpam esta discussão estão os questionamentos acerca das representações sociais e sua influência sobre as percepções e significados que os sujeitos exprimem a respeito de suas experiências com as novas formas de organização para a produção e comercialização da produção dos mais variados produtos agrícolas. Servem as análises aqui apresentadas os dados apurados em estudos anteriores que se

fundamentaram em experiências variadas com organizações coletivas e individuais em alguns municípios da região Sudoeste do Paraná.

O primeiro estudo a fornecer subsídios neste campo foi apresentado por Kiyota (1999) que apurou singularidades da comercialização e das parcerias que viabilizavam o escoamento da produção familiar no município de Capanema-PR. Posteriormente, analisou-se as contribuições de Aguiar (2007) que buscou compreender quais as percepções e significados atribuídos ao associativismo a partir das representações sociais dos agricultores familiares feirantes do município de Pato Branco-PR. Além destes, contribuíram os estudos de Scheneider (2007) em cujas pesquisas realizadas a partir projeto IPODE- Sementes e Brotos da Transição, Inovação, Poder e Desenvolvimento em Áreas Rurais no Brasil, reuniu equipes de pesquisadores nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Rio Grande do Norte, especialmente, os casos iniciais que contemplam quatro agroindústrias de produtos lácteos no Sudoeste do Paraná que fundamentaram as análises e representaram o recorte de experiências paranaenses no projeto.

O primeiro ensaio elaborado para atender as propostas de Scheneider (2007) com o projeto IPODE trata sobre as estratégias adotadas por famílias produtoras de leite envolvidas em unidades agroindustriais coletivas e individuais no Sudoeste do Paraná in. Kiyota (2008) e teve como objetivo qualificar o processo de diversificação dos agricultores familiares via o entendimento dos seus modos de organização social, mobilização de recursos e diferentes formas de inovação dentro de seus sistemas de produção e, especialmente, na sua estratégia agroindustrial.

A equipe de pesquisadores envolvida no projeto definiu quatro casos a serem pesquisados, dentre eles o Laticínio Alto Alegre, composto por 20 famílias; o Laticínio Lambedor, com 11 famílias; como organizações agroindustriais coletivas e as Agroindústrias das famílias de Hilário Lago e Salvador Zanette como exemplos de agroindústrias individuais.

Os casos foram analisados a partir dos resultados apurados nas entrevistas semi-estruturadas, que relataram as trajetórias das famílias e das agroindústrias, condições econômicas e organizacionais, considerando a importância da organização das famílias e seus sistemas de produção. Nos três casos os dados analisados confirmaram a reprodução da racionalidade típica do modo de vida e dos arranjos sociais da agricultura familiar.

São histórias de vida, reproduzidas a partir de propriedades com menos de um alqueire e de outras que não excedem aos 4 módulos rurais, que precisam diversificar e superar privações e limitações impostas pelo sistema vigente. Apresentam em sua maioria, um núcleo familiar com idade avançada e sem perspectivas de renovação, pois os filhos jovens, buscam se qualificar para

disputar vagas no mercado local. Há os que ainda moram com a família mas trabalham na cidade e, outros que se distanciaram de forma definitiva, se estabelecendo nas cidades para trabalhar e estudar.

Desta forma, a força de trabalho e a geração de renda nas propriedades decaiu significativamente, enquanto o volume de trabalho permanece constante. Aos homens ainda cabe o trabalho na roça e às mulheres o cuidado com a casa, com os filhos menores ou com os idosos, e os chamados “pequenos” afazeres como: o trato dos pequenos animais, horta, manejo e ordenha e, nos casos estudados, a produção do queijo.

Quanto à forma de reprodução social, cabe aos homens a comercialização dos produtos, as decisões referentes aos investimentos e a participação em assembleias e demais organizações coletivas. As mulheres continua à atribuição de colaboradoras incansáveis nas tarefas da propriedade, da casa, nas festas da capela da comunidade, reunião do clube de mães, responsáveis pela educação dos filhos e, em sua maioria, como apoiadora, coadjuvante, sem direito à voz ou voto.

Trabalho árduo que, na maioria das vezes, representa apenas atos de persistência e sobrevivência, ações de reprodução cultural, historicamente desgastadas, mas que, resistem as pressões sociais e econômicas, muitas vezes, por medo ou por falta incentivo e da segurança de apoiadores tecnicamente preparados. Outro fator que merece destaque, nos casos estudados, e que parece representar uma alternativa possível de transformação e de rearranjo social e econômico, é a valorização e o reconhecimento das organizações coletivas.

Tanto aqueles que estão totalmente engajados e satisfeitos com os resultados das ações coletivas, como os que se envolveram em tentativas frustradas e os que ainda buscam incentivos e apoios técnicos e financeiros, reconhecem as organizações coletivas como a única forma de mobilidade social e econômica para os pequenos produtores.

O que distingue os casos de sucesso daqueles que procuram se adaptar é a presença de apoiadores que inspirem confiança, que saibam fazer, conheçam o caminho e coordenem as ações pois estes agricultores e suas famílias não se furtam ao trabalho, a esperança e a fé que parecem estar mesmo no sangue dessa “raça” de desbravadores.

Da mesma forma, que revelam suas angústias e percalços, também são fontes inesgotáveis de determinação e esperança em um futuro melhor. Reafirmam sua esperança na saúde para o trabalho, sua preferência pela vida no campo e almejam à volta dos filhos, acreditando que, com o acesso a investimentos em novas tecnologias, infraestrutura e capacitação técnica às condições de trabalho e renda servirão de estímulo à volta dos mesmos.

3.1 O Intercâmbio do Rural e do Urbano pela Agricultura Familiar

O homem do campo brasileiro, especialmente o agricultor familiar, aquele que soma as forças individuais dos membros de sua família para produzir e comercializar bens que oportunizem melhores condições de vida e trabalha coletivamente é, sem dúvida, um importante objeto de estudo para pesquisadores das Ciências Sociais Aplicadas, face o importante impacto que estes geram no desenvolvimento das regiões onde vivem. Somam-se a estes fatores, ideais de um espaço de vida em que impere a cooperação e a solidariedade amparadas por ações criativas que elevem a auto-estima, potencializem a agricultura familiar como meio da sustentabilidade ambiental, social e econômica que viabilizem a permanência destas famílias onde elas melhor se identificam.

A literatura sobre os sujeitos desta história de exclusão apresenta inúmeros relatos de sofrimento, esperança e luta contínua de seguidas gerações que buscam a oportunidade da chamada subsistência, de alimentar-se a si e aos seus com a dignidade e o suor do seu trabalho. As discussões sobre o papel da agricultura familiar para a economia local e nacional trouxeram novos enfoques especialmente às políticas públicas que valorizavam o sistema produtivista na agricultura, responsabilizando-as pelo grave problema de exclusão dos grupos sociais que acabaram marginalizados pelo processo.

O conceito de agricultura familiar adotado neste estudo está respaldado nas análises de Wanderley (1999) cuja concepção atende à situação em que a família é, ao mesmo tempo, proprietária dos meios de produção e assume o trabalho do estabelecimento produtivo. O que sistematicamente traz conseqüências fundamentais para o sistema econômico e social do ambiente onde está inserida: "Esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais" (WANDERLEY, 1999, p. 23). Corrêa (2002) contribui quando apresenta a unidade familiar como "espaço de produção e de consumo, que abriga um conjunto de práticas e de relações sociais específicas" (CORRÊA, 2002, p. 131). Para esta autora, a lógica de funcionamento das "unidades produtivas" é distinta, mas possui alguns elementos comuns: "trabalho, terra e família" que estão interligados.

Desta forma, a particularidade da agricultura familiar está na relativa autonomia dada pelo caráter familiar de sua produção, uma vez que o grupo doméstico controla os meios de produção e o processo de trabalho, sendo ele ao mesmo tempo a unidade de produção e de consumo do estabelecimento.

Para Corrêa (2002), o agricultor familiar contemporâneo possui características diferentes do camponês, especialmente nos efeitos causados pela abertura do mundo rural ao modo de vida

moderno. Atualmente, o agricultor familiar está integrado ao mercado de diversas formas e, portanto, sofre os efeitos diretos e indiretos da reprodução do capital:

Muito embora a produção permaneça familiar, as transformações tecnológicas associadas às mudanças de comportamento nas sociedades modernas, refletem-se na composição interna das famílias que, atualmente, são mais reduzidas e, no que diz respeito ao trabalho no estabelecimento, não há necessidade de envolver todos os membros na produção. Além disso, o consumo também sofre redefinição, ou seja, o agricultor participa da sociedade moderna e, por isso, aspira à conquista de todos os bens materiais e culturais disponíveis. (CORRÊA, 2002, p.113).

Assim, qualquer esforço na análise das percepções dos sujeitos na agricultura familiar, deve-se observar não apenas às condições objetivas, mas especialmente aquelas subjetivas de existência, como as condições sócio-culturais, valores e expectativas inerentes às suas identidades culturais individuais e coletivas.

Veiga (2001) destaca a "questão rural", como a necessária inserção dos espaços e das populações rurais na dinâmica econômica e social moderna, assegurando a preservação dos recursos naturais como patrimônio de toda a sociedade. Para ele, são estes os termos do debate social que tem como foco a problemática do desenvolvimento territorial/local segundo três questões específicas: "a pobreza e a exclusão social, as políticas de desenvolvimento territorial e o lugar da agricultura e dos agricultores neste novo contexto". (VEIGA, 2001, p. 113).

Especialmente sobre o lugar dos agricultores neste novo contexto, há um crescente número de estudos nas Ciências Sociais que versam sobre a reconstrução do rural como um modo de ocupação diferenciado, com qualidade de vida e de formação de novas identidades mostrando um esforço continuado para a criação de redes de colaboração que construam um rural mais forte. Um novo olhar sobre o meio rural com alternativas para o emprego e para a melhoria no modo de vida sob a forma de um pacto social é proposto por Wanderley (2000), que define o espaço como um lugar integrado ao conjunto da sociedade e às relações internacionais. Um todo que se move em um espaço físico diferenciado e específico e não mais sob a ótica de espaço socialmente vazio. Sob esta perspectiva, afirma a autora, que há a homogeneização espacial e social, com crescente perda das fronteiras entre os dois espaços. Não sendo mais possível estabelecer limites entre o espaço urbano, apresentado como fonte de progresso e dos valores dominantes, e o rural ao qual já se confere o status de lugar de vida e de trabalho, meio dinâmico onde se vê e se vive o mundo, até a pouco visto como polo atrasado. A autora explica ainda que, nesta relação de aproximação e integração entre os dois polos, não há a destruição de suas particularidades

e afirma não haver mais a possibilidade do fim do rural.

Um enfoque que permite a paridade social, nas quais as representações sociais dos espaços reiteram diferenças significativas que repercutem sobre as identidades, direitos e posições sociais. Fatos há muito almeçados pela população rural que se identifica com as reivindicações da vida cotidiana de qualquer outro cidadão. Sob este aspecto, o rural insere-se num campo ampliado de trocas sociais de revalorização dos espaços locais, onde sua capacidade de organização e pressão é estabelecida pelo impacto dos seus movimentos sociais. Quando se relaciona o espaço rural como um lugar de vida, observa-se nele os conceitos fundamentais de convivência, relacionamentos pessoais, práticas religiosas e culturais, lazer e trabalho.

Para Souza (1997) o espaço social é como uma dimensão material e objetiva, um produto de transformação da natureza pelo trabalho social, o autor afirma que o espaço é palco das relações sociais, que não é um espaço abstrato, mas concreto, geográfico e criado nos marcos de uma determinada sociedade:

[...] Como qualquer realidade social, o espaço não é uma entidade apenas objetiva; sua objetividade é lida (inter) subjetivamente, sua materialidade é dotada de significações específicas para cada indivíduo (subjetividade), mas que são também, em certa medida, compartilhadas por vários indivíduos (intersubjetividade). (SOUZA, 1997, p.23).

Enquanto para Ferreira (1999) o espaço rural possui particularidades que o identificam e denominam como tal, mas que, ao mesmo tempo, é expressão de todos os processos de integração, fluidez e crise que marcam o mundo contemporâneo.

As argumentações formuladas até o momento baseiam-se nas afirmações de que, nas sociedades modernas, reduziram-se as diferenças nas condições de vida dos habitantes do meio rural e das cidades. Esta paridade social tornou mais atrativa à vida no campo para muitos cidadãos que não renunciaram às vantagens e facilidades do progresso urbano que beneficiaram também a qualidade de vida associada à vida rural.

Para Veiga (2001) a paridade real entre o urbano e o rural está longe de ser alcançada de forma homogênea, pois partes significativas do espaço rural correspondem freqüentemente, às zonas mais fragilizadas dos territórios e suas condições de inferioridade se intensificam no acesso desta população aos bens e serviços materiais, sociais e culturais. Especialmente aos bens e serviços básicos, oferecidos pelas instituições públicas e que têm efeito direto sobre a vida das pessoas, gerando dificuldades para assegurar o funcionamento das instituições locais.

O autor refere-se ao estudo de Kayser, na França,

no qual o “rural é ainda marcado pelo estigma da inferioridade secular onde, mesmo o meio rural próspero, faz parte dos fracos”. São segundo Veiga, questões que se repetem em território brasileiro onde a fraca densidade de população e de serviços, a baixa produtividade e a atividade ambiental de base são ameaçadas pelos seus próprios sucessos. A fragilidade é freqüentemente percebida, como a consequência da distribuição desigual no espaço da riqueza de uma sociedade.

É oportuno observar que o mesmo autor destaca a existência de casos em que a organização dos habitantes do meio rural em torno de importantes movimentos sociais, contrários a algumas políticas, bem sucedidos em suas reivindicações de implantação ou manutenção de equipamentos coletivos no espaço local.

A reorientação nas políticas voltadas para o meio rural promovidas por países mais avançados deu origem a uma nova abordagem, do desenvolvimento territorial pressupondo o reconhecimento político da necessidade de integração aos processos de desenvolvimento dos espaços e das populações, marginalizados ou excluídos, valorizando os recursos naturais, sociais e culturais de cada território.

São iniciativas que apontam experiências positivas em várias regiões do país tendo como principais características a influência da cultura local e os valores de confiança mútua, nas quais, as forças individuais somadas transformam os sujeitos em cidadãos conscientes e capazes de produzir com maior lucratividade e eficiência, mostrando que é possível a transformação da realidade.

Na região Sudoeste, despontam várias iniciativas de sucesso, a partir das organizações coletivas, especialmente no associativismo. O estudo de Kiyota (1999) já apresentava resultados significativos da experiência associativa através da produção orgânica, da comercialização e das parcerias que viabilizam escoamento da produção familiar no município de Capanema-PR.

Para Kiyota (1999) as parcerias promovidas a partir da organização coletiva dos agricultores familiares na região oportunizaram a comercialização de produtos como a soja orgânica, feijão, trigo, milho e açúcar mascavo, em grande escala, no mercado interno e com expectativas de exportação. Além destes, preparava-se para a implantação de projeto de expansão, com a produção de maracujá e carnes orgânicas.

É sob este contexto, que surgem as discussões sobre as novas práticas coletivas emergentes, imersas na polêmica operacional, na qual o que se procura retomar é a garantia à permanência no meio rural pelas famílias que dele tiram seu sustento e que possuem estreitos vínculos com sua propriedade, como forma de identidade territorial.

O crescimento do número de organizações coletivas e de diversificação das atividades na prática agrícola, em várias regiões do país, proporcionou

um acréscimo à renda do agricultor familiar oportunizando, por exemplo, o investimento na melhoria dos padrões das residências e no conforto oferecido à família ou outros mais específicos como à seleção de matéria prima para o artesanato, ou ainda à prestação de serviços de lazer ligado à natureza, ou mesmo ao turismo rural. Schneider (2003) refere-se também à necessidade de se fazer uma análise não apenas condicionada ao papel da forma familiar de produção no processo de acumulação do capital, mas como tentativa de entender as transformações ocorridas no modo de vida das famílias, sua existência no interior de uma sociedade mais ampla.

Corrêa (2002) corrobora com esta afirmação ao comentar que a proximidade com o meio urbano, as facilidades de acesso e a universalização das necessidades de consumo contribuíram para agravar a questão da renda das famílias agricultoras levando-os a buscar o assalariamento temporário:

O trabalho externo complementa o rendimento da unidade de produção e serve também, para suprir as necessidades do grupo familiar. Além disso, a maior parte 60% das unidades possui fontes de renda externas, originárias de atividades não agrícolas, como comércio, construção civil, trabalho doméstico, aposentadoria, profissões liberais. Tais estratégias são fundamentais para assegurar a reprodução familiar (CORRÊA, 2002, p. 131).

Cabe destacar que toda esta complexa relação conta com determinadas situações históricas, com as influências culturais, com sua dinâmica e com a reprodução estabelecida pela imersão deste núcleo no regime capitalista vigente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas a característica que emerge da racionalidade camponesa é sua heterogeneidade. Esta, por sua vez, parece estar intrinsecamente ligada à capacidade histórica de adaptação dos camponeses no sentido de não somente resistir, mas reproduzir seu modo de viver fundamentado na reprodução de suas relações sociais e da manutenção da propriedade para a exploração familiar e por consequência, de sua comunidade.

A racionalidade analisada aqui, obviamente que de modo breve e fragmentado, dada a complexidade do tema, nos atenta para a necessidade de amplitude de abordagens teóricas e metodológicas que dialoguem com outras lógicas que não somente a lógica produtivista e reprodutora do capital, constituindo-se em tarefa fundamental para a superação do modelo hegemônico vigente e compreensão das contradições existentes em seu bojo.

Ainda, cabe salientar que o processo de reprodução das relações sociais de base na exploração familiar camponesa é repleto de elementos que permitem

pensar outras formas de desenvolvimento e de projetos societários para além da rentabilidade, tais como os saberes tradicionais, os vínculos comunitários e a consciência sobre o metabolismo ambiental sustentável. Experiências estas também localizadas no contexto do Sudoeste do Paraná, que despontam como perspectivas nos horizontes para pensar o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, A. M. L. O Desafio do Associativismo na Agricultura Familiar: o caso dos produtores rurais feirantes do município de Pato Branco. Ponta Grossa: UEPG. 2007. 161 p. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas).
- CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G; STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CORRÊA, W.K. & GERARDI L. H. de O. A Produção Familiar e os Desafios do Mercado. Revista de Ciências Humanas, Ed. UFSC, Florianópolis, nº 31, abril 2002.
- GARCIA JR, A.; HEREDIA, B. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: MENEZES, M. A. de; GODOI, E. P. de (org.). Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Vol. II. São Paulo: UNESP e NEAD, 2009.
- HIRATA, H. Tecnologia, formação profissional e relações de gênero no trabalho. Revista Educação & Tecnologia. V. 6 – n. 1. Maio. p. 144- 146. Curitiba: CEFET-PR.
- KAUTSKY, K. A questão agrária. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1968.
- KIYOTA, N. Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: um estudo de caso no município de Capanema – Região Sudoeste do Paraná. Lavras: UFLA. 1999. 149p. (Dissertação de Mestrado em Administração Rural).
- _____. Condicionantes, estratégias, organização e agroindustrialização nos sistemas de produção familiares com a cadeia leite no Território Sudoeste do Paraná. Projeto Edital MDA/SAF/MCT/SECIS/FNDCT/Ação Transversal I/CNPq – Nº 24/2008. 28p., 2008.
- LAMARCHE, H. Agricultura familiar. Volume I. Campinas: Unicamp, 1993.
- MARX, K. Formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MENDRAS, H. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PEZARICO, C.R. e PEZARICO, G. Formação Profissional: visões de gênero a partir do PRONAF-Mulher. Secretaria de Estado da Gestão Pública: Estado do Mato Grosso do Sul, 2006).
- SCHNEIDER, S. A Pluriatividade na Agricultura Familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- _____. S. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Endógeno: Elementos Teóricos e um Estudo de Caso. In Desenvolvimento Rural: tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2006.
- SCHNEIDER, S. Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil (Acrônimo: "IPODE"). Projeto de pesquisa. Edital MCT/CNPq 15/2007 – Universal. 22p. 2007.
- SILVA, Nanci. S. (2005) Reestruturação produtiva e gênero: um estudo de caso em duas empresas de linha branca. Tese de Doutorado. DPCT-IG/Unicamp. Campinas.
- VEIGA J.E., A face territorial do desenvolvimento. Anais do 28º Encontro Nacional de Economia - ANPEC, Belém, dez.1999.
- _____, J. E – A Face Rural do Desenvolvimento: natureza, território e agricultura – Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2000.
- VEIGA S.M., Associações: Como Construir Sociedades Civas Sem Fins Lucrativos. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001
- WANDERLEY, L. Os Sujeitos Sociais em Questão in Revista Serviço Social e Sociedade, n. 40, Cortez, São Paulo, 1992.

WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. Para pensar outra agricultura. Curitiba: UFPR, 1999.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In TEDESCO, J.C. Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo. EDIUPF, 1999.

_____,M.N.B., A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o "rural como espaço singular e ator coletivo. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, n.15,out/2000, ed. UFRRJ, 2000.

_____, M.N.B. A ruralidade no Brasil Moderno- Por um Pacto social pelo Desenvolvimento Rural. In:GIARRACCA, N. (Org). Uma nova ruralidade na América Latina? Buenos Aires: Lasco, 2001.